

## **Ato e Instituição**

**Autor:** Éric Laurent

Psicanalista, Analista Membro da Escola (AME), Membro da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP), da École de la Cause Freudienne (ECF), da Escuela de la Orientación lacaniana (EOL) e da Associação Mundial de Psicanálise (AMP).

**Endereço eletrônico:** ericlaurent@lacanian.net

**Resumo:** O autor discute, a partir da localização do ato analítico, a pertinência da psicanálise aplicada e da inserção da psicanálise nas instituições. Considera que não existe sujeito sem a instituição, e que o psicanalista que trabalha em instituição tanto quanto aquele que recebe o sujeito em seu consultório, não pode ser ingênuo de pensar que o sujeito estaria fora de alguma instituição. Considera também que a psicanálise entrou nos costumes e faz parte da civilização ocidental, o que muda o lugar do psicanalista. Se o analista pode estar na instituição ele deve saber como fazê-lo, colocando em jogo o saber sem sujeito, para dar conta das condições de seu ato e das possibilidades da psicanálise no contexto institucional.

**Palavras-chave:** ato analítico, instituição, saber sem sujeito, supereu institucional

## **Act e Institution**

**Abstract:** The author discusses, from the localization of the analytic act, the relevancy of the applied psychoanalysis and the insertion of psychoanalysis into the institutions. Considers that there is no subject without the institution, and the psychoanalyst who works in an institution as much as that who attends in his office, can not be ingenuous to think that the subject would be disentailed of an institution. It also considers that psychoanalysis is adopted in the local culture and is part of the occidental civilization, which changes the position of the psychoanalyst. If the analyst can be in the institution he should know how to do it, detaching the knowledge without a subject, to be capable of his act conditions and the possibilities of psychoanalysis in the institutional context.

**Keywords:** analytic act, institution, knowledge without subject, institutional superego

## Ato e Instituição<sup>1</sup>

Éric Laurent

Ao apresentar a tarde de trabalho sobre as Jornadas de outono, Jean-Daniel Matet nos encorajava a ler a última edição da revista *Mental*, que reúne, sob a batuta de Marie-Hélène Brousse, uma série de artigos sobre o tema da psicanálise aplicada. Esse número se abre, de maneira bastante oportuna, com duas contribuições sobre o ato analítico. É, com efeito, desse ponto de vista que nós podemos discernir mais precisamente sua aplicação no campo institucional. A palavra ato, em sua acepção lacaniana de "ato analítico", é uma transformação da categoria de ato segundo Aristóteles. Para este, ser "em ato" se opõe a ser "em potência" ou "em desenvolvimento". Disso resulta que o ato pode designar toda realidade. Tudo o que existe é ato. É o que faz com que, em sua **Metafísica**, livro L., "Aristóteles considere que existe uma transição, desde a matéria, que é somente potência, até o ato puro" (ALMERAS, 1990, p.23). O ato também vem no lugar da forma. O ato que não é mais potência, que é realizado, designa, ao final, uma forma, uma permanência. É nessa perspectiva de realização que Lacan toma o ato analítico. Quando ele o introduz no relatório de seu **Seminário** sobre o ato, ele diz: "O ato analítico, ninguém sabe, ninguém viu além de nós, ou seja, nunca situado e muito menos questionado, eis que nós o supomos o momento eletivo em que o psicanalisante passa a psicanalista" (LACAN, 2003a, p.371). Quer dizer que ele o toma a partir do final. Ele o toma a partir da *entelechia*. É do ponto de vista final que se pode dizer que esse ato é "forma substancial". Existe, ao mesmo tempo, forma lógica e substância gozante. O ato, uma vez realizado, a substância gozante encontrou sua forma lógica. É o que nós resumimos com a expressão "saber sem sujeito", do qual o objeto *a* é a causa. O ato analítico revelou um objeto estranho que é ao mesmo tempo forma e substância. É o particular mesmo da causa que se revela, dividindo o sujeito, isto é, assegurando-o da falha. Ela nos permite desenvolver o discurso analítico sobre essa falha.

### O efeito do saber sem sujeito

O discurso analítico supõe o apagamento do discurso egoico, para deixar-lhe seu lugar. É o que faz o psicanalista, por exemplo, nos relatórios de caso, ele faz aparecer o saber sem sujeito. Faz aparecer a rasura egoica, qualquer que seja o lugar onde ele encontra o sujeito, seja no espaço de seu consultório ou na instituição. Ele produz assim um apagamento correlativo à colocação em ato de seu discurso. Através do que, muito frequentemente, o psicanalista que trabalha em

instituição apaga todo o contexto institucional no qual se produzem os efeitos analíticos, por exemplo, os efeitos de transferência institucional. É nesse mesmo movimento que o psicanalista, que recebe o sujeito em seu consultório, apaga também a civilização, os efeitos de civilização, a instituição civilização, na qual o sujeito se endereça a ele. É ingênuo pensar que o sujeito que se endereça ao psicanalista no consultório estaria fora de instituição. Isso não existe, se admitimos que não exista sujeito que não seja tomado nas formações de discurso. Lacan, aliás, fez da queda de braço entre a psicanálise e a civilização a tela de fundo de seu último ensino, como mostrou Jacques-Alain Miller. Quando nos esquecemos dessa dimensão, ao relatar os casos clínicos do consultório, é no mesmo movimento em que aquele que trabalha em instituição produz apagamento. É por isso que Vicente Palomera (2002, p.42-49), no último número de *Mental*, lembrava a importância do dito de Lacan sobre as psicoterapias, quando ele coloca a questão "a psicoterapia não entrou nos costumes?" Quer dizer, a psicoterapia se tornou a tela de fundo de nossa civilização. É muito diferente da época de Freud. Ela não havia ainda entrado nos muros. Atualmente, está nos costumes. Não existe civilização ocidental sem psicoterapia, o que muda o lugar do psicanalista. A maior parte dos casos publicados sobre esses acompanhamentos em instituição tem a tendência a apagar os mal-entendidos sobre os quais se funda a presença do psicanalista e a fazer esquecer o apagamento realizado. As respostas que o caso dá fazem esquecer a questão: como então se produziu esse esquecimento? Do surgimento do "saber sem sujeito", como então o psicanalista na instituição conseguiu fazer esquecer de que se trata somente "de palavras". O objetivo do enunciado da regra fundamental no consultório é da mesma ordem que o que tem lugar nas instituições. Nossa questão, aquela que nós colocamos para nossas jornadas, é essa: como produzimos o esquecimento? Como chegamos a abrir uma clareira no funcionamento da instituição? Como fazemos agora para enfrentar essa questão e esse problema? O que nós chamamos "atenção à palavra", que nos caracteriza, como sublinha Jean-Daniel Matet, pode também se formular assim: como fazemos para fazer esquecer que se vai tratar somente "de palavras". Nós fazemos esquecer o que existe de determinação institucional, no sentido mais elevado do termo Instituição, para produzir o saber sem sujeito.

Existem numerosas maneiras de fazer. Por exemplo, em um extremo, encontramos a "prática com muitos", que diz que o sujeito na instituição não deve jamais ser tratado por um psicanalista, porque a transferência divide a instituição. Não se trata de proceder fazendo o sujeito esquecer que está na instituição, enviando-o a um psicanalista de fora. É necessário que ele esteja na instituição, de início confrontado ao múltiplo, a um discurso que se enuncia "por muitos".

Evidentemente, a condição para isso é que essa instituição seja criada a partir da psicanálise, quer dizer, que todos sejam analisantes. Em um outro extremo, nós temos o psicanalista em sua sala, ignorando soberbamente a instituição, não indo jamais às reuniões institucionais, reivindicando em alto e bom som o direito de guardar para si tudo o que lhe é contado, não trocando nenhuma informação, recusando-se a receber os pais, o professor, encerrado em um estatuto extraterritorial máximo. A mostraçãõ desse vacúolo supõe, de fato, já resolvido o problema. É a realização imaginária da solução. Pode ser que seja a única possível em alguns casos. Não são os mais favoráveis. Vocês têm, ao inverso, o analista socrático, \$, indo de um a outro, interrogando os mestres da instituição, dizendo-lhes: "você não apreende o gozo particular do sujeito", desconstruindo suas identidades, fazendo aparecer que eles acreditam saber, mas que não sabem. É uma maiêutica analítica que é uma das figuras do analista. Nós encontramos então o psicanalista "sem o saber", mas também o psicanalista do saber explícito, o psicanalista da "apresentação de casos", que, diante de todos, faz a demonstração do que ele sabe e do que ele não sabe, as orientações úteis que ele pode dar ou não dar. O psicanalista professor é o oposto do psicanalista que coloca em destaque seu não-saber. É o psicanalista que transmite um saber e que ensina na instituição às vezes. Nós encontramos também o psicanalista médico-psiquiatra, que joga com todos os equívocos da cura, que, depois de ter "curado" o momento agudo pela prescrição e o recurso à instituição, propõe ao sujeito entrar em análise. Isso faz aparecer, de maneira estranha, a cura "por acréscimo": "Agora que você está curado, nós podemos abordar coisas sérias". Há aí uma ironia do médico a respeito do "saber curar" que faz parte da panóplia da ação analítica.

### **O supereu institucional**

Como caminhamos hoje no mal-entendido, o mal-entendido de todas as demandas? O psicanalista de hoje tem que se haver com as demandas institucionais e faz com isso tal como faz com o supereu, o supereu da civilização. Trata-se de descompletá-lo, inconsistí-lo, indecidi-lo, indemonstrá-lo (LACAN, 2003b, p.469). O psicanalista tenta estar ali tanto sob as figuras do mais-um, quanto sob aquelas do menos-um ou do êxtimo. Existem psicanalistas chefes de serviço que são também o mais-um da instituição. Existem aqueles que não são diretores e aqueles que não param de questionar o diretor para descompletá-lo, porque ele é o representante do significante-mestre. Por que não? Tudo é possível, com a condição de que se saiba o que se faz. Ou seja, com a condição de que se tomem todas as figuras pelas quais se descompletam, se fazem inconsistentes as

figuras do supereu e da demanda. Trata-se, a cada vez, de desfazer as figuras do todo, do "todo que faz um", aí incluída aquela dos ideais da comunidade terapêutica à qual se pertence, para fazer escutar o saber que não supõe nenhum sujeito totalizador.

Para realizar esse projeto, nós temos as referências teóricas sobre as quais temos avançado. A tarefa do psicanalista não é a de produzir a interpretação infinita, a interpretação generalizada. Nós não somos os hermeneutas da instituição. Nós não temos de produzir o comentário infinito de tudo, graças a nosso não-saber. Nossa produção é antes do registro do ponto de estofo. Se colocamos em jogo o saber sem sujeito, se desencadeamos os poderes da linguagem, se somos "atentos à palavra", desencadeamos uma potência que só tem sentido se sabemos, em um momento dado, que é preciso dar-lhe seu ponto de estofo. Especialmente porque estamos lidando mais e mais com sujeitos que não têm o Nome-do-Pai como ponto de estofo padronizado. Nós inventamos pontos de estofo, com o sintoma no horizonte. Da mesma forma que Jacques-Alain Miller encontrou o termo "prática com muitos" para designar o que se faz efetivamente em um certo tipo de instituição, ele propôs como título de uma das Jornadas do RI3 "pontos de ancoragem". Era para mostrar que existem mais formas de funcionamento do significante-mestre, de funcionamento do ponto de estofo, do que aqueles que a civilização considerou. Não são somente o mestre e as identidades que ele assinala que podem funcionar como ponto de estofo. O sintoma é um deles. É o que faz o lugar particular da prática do fora de sentido na prática com muitos. Virgilio Baio tem disso exemplos bastante divertidos, com os quais ele nos ensina em nossas jornadas. Ele sabe jogar com isso admiravelmente e assim fala a língua daquele a quem se endereça. Nós podemos também nos inspirar naquilo que Antonio Di Ciaccia destacava em **Elucidation**. Os adolescentes, tendo feito uma grande besteira na instituição, demandavam-lhe: "Então, 'spaghetti le zygologue', o que nos diz?" Ele tirou de seu bolso um magnífico charuto e fez rodinhas de fumaça, o que nenhum dos adolescentes sabia fazer, e assim tinha conquistado a estima deles. Ele conquista assim a estima do carisma, é o que faz a autoridade da estrela, diferentemente da autoridade do regulamento. Evidentemente, é necessário saber fazer a estrela. No RI3, à sua maneira, eles sabem fazer o enigma, a estrela, o comportamento de lado, em todo caso, alguma coisa que não depende do regulamento. Em algum momento, os lacanianos estavam persuadidos de que era necessário fazer valer a lei, recorrendo ao regulamento. Certamente, algumas vezes, é necessário fazê-lo, porque uma instituição na qual ninguém o faz não terá longa duração. É necessário fazê-lo, mas sabendo que não se pode confundir o regulamento com a autoridade da lei.

Convocá-la quer dizer, sobretudo, que é preciso utilizar todas as maneiras, não de produzir S2, mas de saber ser um S1, ao lado dos significantes-mestres da civilização. Trata-se, para nós, de não esquecer essa equivalência central entre S1 e sintoma. O matema do trabalho do psicanalista na instituição é  $S1=\Sigma$ .

A questão de nossas Jornadas é obter textos que não somente mostrem que é possível fazer psicanálise sem divã, mas também o que se faz aí para fazer esquecer a instituição em que se encontra. É necessário que tenhamos textos que façam aparecer essa dimensão, de maneira a não produzir uma doutrina "una" da psicanálise confrontada com a "instituição", mas de obter uma série de maneiras de fazer com a instituição, com o texto das regras. Nós encontraremos, então, o sentido mais profundo da instituição como texto de regras que o sujeito desconstrói. Tentamos organizar as Jornadas em torno dessa problemática. Não é a mesma coisa quando se criou uma instituição *ex-nihilo* ou quando a instituição já existia. Acrescentar a psicanálise à instituição é uma coisa da qual é preciso falar, fazendo esquecer que a acrescentamos. Não é a mesma coisa que criar uma instituição com a psicanálise. Também não é a mesma coisa que apreender como se faz inconsistir o supereu institucional, como se chega a desfazer as especialidades institucionais. Como a psicanálise consegue penetrar nas instituições que ajudam a parar? Como continuar depois do tratamento, nos centros de pós-tratamento, nos alojamentos terapêuticos (moradias protegidas)? Existe todo um leque de maneiras de proceder para fazer nascer o sujeito ligado a esse saber. Fazer nascer o sujeito para as crianças e os adolescentes, não é a mesma coisa que para os bebês ou para os adultos. Não é a mesma coisa tratar um sujeito fora da instituição, o que a descompleta, ou acrescentar o saber da psicanálise explícito nas apresentações e no resto. Conseguimos obter textos que chegam a dar conta da experiência da supervisão, assim como dessa dimensão do dito, da maneira pela qual fazemos esquecer a instituição, seja ela CMP, hospital-dia, Antenne 110, hospital geral etc. Essas são, a cada vez, maneiras de fazer particulares e trata-se de falar delas sem ofuscar as condições de produção do ato mesmo.

### Referências bibliográficas:

ALMERAS, G. "Acte", In: **LES notions philosophiques**, II, Encyclopédie philosophique universelle. Paris: PUF, 1990. p.23.

LACAN, J. "O ato analítico", In: \_\_\_\_\_. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003a. p.371.

LACAN, J. "O aturdido", In: \_\_\_\_\_. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003b. p.469.

PALOMERA, V. *et coll.* "Répondre au symptôme ou répondre du symptôme?", **Mental**, Paris : FEEP, n.10, p.42-49, mai 2002.

---

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado em *Lettre mensuelle*, n.211. Tradução feita por Márcia Mezêncio e revisada por Elisa Alvarenga, com a autorização do autor.